

A CRISE DOS MÍSSEIS DE 1962: IMPACTOS NO BRASIL E REPERCUSSÃO NA IMPRENSA DE PERNAMBUCO

THE 1962 MISSILE CRISIS: IMPACTS ON BRAZIL AND REPERCUSSION ON THE PRESS IN PERNAMBUCO

Helder Remigio de Amorim¹
José Vito Iago Araujo Silva²

Resumo: A crise dos mísseis em Cuba, dentre os episódios da Guerra Fria, foi um dos momentos de maior tensão, com repercussões globais. A possibilidade de um conflito nuclear entre EUA e URSS deixou o mundo em suspense entre outubro e novembro de 1962. No Brasil, a questão foi tratada com grande atenção pelo governo de João Goulart. A política interna e externa se confundiu naqueles dias, trazendo repercussões à governabilidade nacional. Em Pernambuco, a disputa entre Miguel Arraes e João Cleofas pelo governo estadual se viu envolvida nas discussões sobre os acontecimentos na ilha caribenha. Manifestantes pró-Cuba, próximos a Arraes, foram às ruas do Recife, sendo reprimidos pelas forças de segurança. Em grande número, os solidários aos cubanos desejavam a autodeterminação, uma barreira contra o intervencionismo norte-americano nos países do continente. O presente artigo prioriza as fontes periódicas de Pernambuco para problematizar os discursos de um dos momentos mais tensos do século XX.

Palavras-chave: Guerra Fria; Crise dos mísseis; Imprensa.

Abstract: The missile crisis in Cuba, among the episodes of the Cold War, was one of the moments of greatest tension, with global repercussions. The possibility of a nuclear conflict between the USA and the USSR left the world in suspense between October and November 1962. In Brazil, the issue was treated with great attention by the João Goulart Government. Domestic and foreign policy were confused in those days, bringing repercussions to national governance. In Pernambuco, the dispute between Miguel Arraes and João Cleofas for the state government was involved in discussions about events on the Caribbean Island. Pro-Cuba demonstrators and those close to Arraes took to the streets of Recife, being repressed by security forces. In large numbers, supporters of Cubans wanted self-determination, a barrier against US interventionism in the countries of the continent. This article prioritizes periodical sources from Pernambuco to problematize the discourses of one of the most tense moments of the 20th century.

Keywords: Cold War; Missile Crisis; Press.

¹ Doutor em História, Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), helder.remigio@unicap.br

² Mestrando em História, Universidade do Porto, loraxvitor@gmail.com.

A Guerra Fria e a Crise dos Mísseis

A Segunda Guerra Mundial deixou marcas decisivas na história da humanidade. O combate ao fascismo e ao nazismo trouxe como resultado milhões de mortes em combates sangrentos, além das inúmeras vítimas civis, muitas assassinadas, cujo exemplo máximo é o holocausto. A destruição e a fome estiveram presentes durante e depois do conflito, que envolveu nações de todos os continentes. A criação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Fundação para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) impactaram substancialmente as ações conjuntas sobre as demandas sociais daquele presente. Os europeus pagaram alto preço por terem sido palco das principais batalhas. Na Ásia, o uso da bomba atômica contra o Japão inaugurou uma nova fase da indústria bélica e, conseqüentemente, trouxe novas diretrizes à geopolítica mundial.

A utilização de tão poderosa arma levou os japoneses à rendição. Esse, porém, é um expediente questionado desde 1945. Se a bomba atômica pretendia findar o conflito no oceano Pacífico, “No Japão, o público geral tende a crer que os bombardeios foram desnecessários, uma vez que a preparação para a rendição já estava em progresso” (PARADA, 2014, p. 142). Os Estados Unidos, donos da nova tecnologia capaz de aniquilar cidades inteiras, defende sua estratégia com discurso de que “os bombardeios terminaram a guerra meses mais cedo, salvando muitas vidas que seriam perdidas em ambos os lados se a invasão do Japão tivesse ocorrido” (PARADA, 2014, p. 142). A guerra continuou nas narrativas da grande imprensa e, sobretudo, na diplomacia.

Ao final da guerra, muitas nações desejaram ser protegidas, e os norte-americanos, com o uso da bomba atômica, passaram duas mensagens. Aos aliados, os EUA comunicam que ninguém estaria mais habilitado a prestar tal proteção do que eles, na vanguarda da indústria bélica. Aos países alinhados com os soviéticos, deixa os resultados de Hiroshima e Nagasaki como uma espécie de alerta, um fantasma para aterrorizar a sensação de segurança ao lado dos comunistas. Assim, “as bombas seriam, ao mesmo tempo, o fim de um conflito, a Segunda Grande Guerra, e o início de outro, a Guerra Fria” (PARADA, 2014, p. 142). Por Guerra Fria, devemos compreender que

[...] é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre 1945 e 1991. Dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear a União Soviética começou os seus testes atômicos em 1949, mas não houve uma guerra quente entre as duas potências. A corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi o objetivo central durante as primeiras décadas da Guerra Fria, estabilizando-se nos anos de 1960 e 1970. (PARADA, 2014, p. 142)

A primeira grande oportunidade de disputa entre os EUA e a URSS foi logo no pós-guerra, com a questão alemã. Os norte-americanos e seus aliados – ingleses e franceses – disputavam com os soviéticos as zonas de ocupação. Em 1947, o presidente Harry Truman declarou, diante do congresso norte-americano, que assumia “o compromisso de defender o mundo capitalista contra a ameaça socialista” (PARADA, 2014, p. 146). Ao oferecer investimentos a países sob influência soviética, o mandatário estadunidense deixou claro a estratégia de combate adotada. As duas potências não entraram em choque diretamente, mas sim por meio de seus aliados. Para os EUA, Truman ofereceu um discurso de legitimidade para suas ações, que visavam vencer uma ameaça ao seu mundo capitalista.

Os soviéticos não ficaram alheios aos movimentos estadunidenses. Ao contrário, muitas vezes tomaram a dianteira para expandir suas relações e ganhar território para o seu projeto global. Assim, entre 1949 e 1950, conquistaram adeptos na China e na Coreia, ao que os norte-americanos responderam com suporte aos sul-coreanos, levando ao conflito encerrado em 1953, com a divisão entre Coreia do Norte (Comunista) e Coreia do Sul (Capitalista). Os EUA, porém, também tiraram proveito de dissidências dentro do bloco soviético, em que a Revolução Húngara, em 1956, é um exemplo. Como afirma o historiador Tony Judt, na obra *Pós-Guerra* (2008), enquanto os comunistas acusavam os estadunidenses de beligerantes, os norte-americanos apontavam seus opositores como artífices de um regime ditatorial.

Na década de 1950, as primeiras tensões da guerra fria entre os blocos capitalista e socialista produziam efeitos e tensões no campo da política internacional, intensificando uma corrida armamentista e produzindo a defesa de modos de vida. Diversas mudanças comportamentais e avanços tecnológicos passaram a fazer parte daquela configuração histórica. A difusão da cultura norte-americana na América Latina, do chamado *american way of life*, representava um modo de viver amparado no otimismo e no estímulo ao consumo, trazendo um discurso imperialista e sedutor que influenciava os modos de agir, pensar e sentir. Na Europa, o modelo político de um Estado capitalista de bem-estar social também projetava a possibilidade de intervenções estatais para assegurar a efetivação de direitos sociais.

Apesar da atuação da URSS, seu raio de influência política estava, naquela altura, circunscrito à Europa e à Ásia, vivendo às voltas com aliados norte-americanos e suas armas apontadas, estrategicamente, para o território soviético. Ganhar um aliado nas Américas representaria um avanço decisivo nessa guerra, por conduzir duas mensagens aos EUA: a primeira, que seu lugar de líder entre os países do continente poderia ser abalado; a segunda, que era possível manter uma base soviética

tão próxima dos estadunidenses quanto as que eles tinham nas fronteiras da União Soviética. É por meio desse prisma que ambas as potências vão visualizar a Revolução Cubana, em 1959.

Aquele era um país de forte atuação norte-americana, sendo o presidente deposto, Fulgêncio Batista, aliado dos EUA. Perder influência sobre Cuba representava uma derrota dupla, pois, simbolicamente, ver Batista retirado do cargo pelos comandados de Fidel Castro era como se os próprios estadunidenses perdessem uma batalha. Além disso, pela proximidade geográfica com os Estados Unidos e a proximidade ideológica entre os revolucionários cubanos e o regime comunista, era de se supor que aquele país ganhasse potencial para representar um ponto frágil na defesa norte-americana. No mesmo ano, “o governo americano tentou depor o novo governo de Castro, apoiando membros ligados ao antigo regime e iniciando um embargo econômico à ilha” (PARADA, 2014, p. 150).

A movimentação, ao que parece, acelerou o alinhamento do regime cubano ao comunismo soviético. Estando isolado do mundo capitalista e com necessidades básicas a serem atendidas, restava aos cubanos buscar suporte com a URSS. Isso, é claro, foi visto pelos norte-americanos como uma demonstração de que ações mais drásticas precisavam ser tomadas. “Em 1961, a Agência Central de Inteligência (CIA) organizou um fracassado desembarque de grupos de oposição armados que deporiam Fidel Castro. Diante desta situação, o novo regime cubano passou também a contar com proteção militar da União Soviética” (PARADA, 2014, p. 150). Essa proteção representava uma ameaça real aos EUA, já que

[...] em sua versão final incluiria cerca de 50 mil militares soviéticos, organizados em cinco regimentos de mísseis nucleares, quatro regimentos motorizados, dois batalhões de tanques, uma esquadrilha de caças MIG-21, 42 bombardeiros leves IL-28, dois regimentos de mísseis cruise, 12 unidades antiaéreas SA-2 com 144 lançadores e uma esquadra com 11 submarinos, sete deles equipados com mísseis nucleares (JUDT, 2008, p.349).

A chamada Crise dos Mísseis se desenrolou de 29 de Agosto – quando aviões norte-americanos identificaram instalações de armamento nuclear em Cuba – até 20 de novembro de 1962 – quando foi fechado acordo entre URSS, EUA e Cuba. Em destaque, três líderes e seus interesses: Fidel Castro, em busca de fortalecer seu regime contra a ameaça constante de intervenção norte-americana; Nikita Khrushchev, pensando em Cuba como arma estratégica na Guerra Fria; e J. F Kennedy, presidente dos EUA, dividido entre os interesses eleitorais, as pressões militares e diplomáticas internas e a posição dos aliados.

Em boa medida, o tom do discurso do presidente norte-americano parece próximo ao proferido, em 1947, por seu congênere Harry Truman. Disse Kennedy, em 13 de setembro, que “Se em algum momento [...] Cuba passar [...] a ser uma base ofensiva de capacidade significativa para a União Soviética, então este país fará o que for preciso para proteger sua segurança e a de seus aliados” (JUDT, 2008, p. 349-350). Apesar de aparecer em destaque o item *segurança nacional*, os aliados são levantados dentro do argumento para sustentar as ações futuras dos estadunidenses. Era como se “proteger o mundo capitalista da ameaça socialista” saísse do campo discursivo e ganhasse materialidade.

No entanto, era preciso levar em conta dois aspectos importantes: um em que agir em nome dos aliados implicava ganhar a sua aprovação, sob pena de ver enfraquecido seu papel de liderança; e outro em que que uma ação desmedida poderia levar a uma guerra, a qual traria consequências difíceis de serem previstas com segurança. A ordem de Truman de usar a bomba atômica contra os japoneses era uma ação de relativa segurança para os norte-americanos, que sabiam estar em vantagem no final da Segunda Grande Guerra. Porém, desde a abertura da Guerra Fria, as informações sobre os soviéticos eram desencontradas e imprecisas. Sabia-se, contudo, que dispunham de armas nucleares e grande contingente militar. Isso significa que, para Kennedy, era bem mais difícil optar pelo caminho das armas.

Por outro lado, essa acabava por ser a expectativa de seus militares e, também, de boa parte da população. Em *Reflexões sobre um Século Esquecido* (2008), Tony Judt afirma que uma das consequências da Segunda Guerra para os estadunidenses foi a impressão de que o conflito bélico era um caminho viável para atingir os objetivos do país. Alguns senadores e comandantes do exército, em contato com o presidente, viam a “guerra quente” contra a URSS como algo inevitável, apoiando o ataque imediato como resposta aos armamentos instalados em Cuba. Além disso, era prático pensar que, se a liderança norte-americana fosse afetada por uma ação de força excessiva, o que dizer de uma ação insatisfatória? Ela poderia gerar insegurança, pondo em xeque a capacidade dos EUA de proteger seus aliados.

A solução encontrada foi agir com força militar, porém não agressiva. Navios de guerra norte-americanos impuseram um bloqueio naval a Cuba como forma de pressão para que os armamentos fossem retirados. A URSS, porém, pretendia capitalizar seu campo estratégico com o episódio, ganhando força frente à dificuldade do rival. Para Krushev era positivo “jogar um porco-espinho nas calças do Tio Sam” (JUDT, 2008, p. 357), principalmente por demonstrar as fragilidades de um adversário que se via imbatível. Era, também, um momento para garantir a segurança de Cuba a longo prazo. Isso não por apreço à ilha, mas por ser aquele

pequeno país um marco do avanço comunista em direção ao ocidente. “Se a União Soviética não conseguia proteger seu novo (e único) amigo no hemisfério ocidental contra um ataque dos EUA, qual seria sua credibilidade como impulsionadora do progresso e da revolução?” (JUDT, 2008, p. 358).

Um jogo diplomático entre Krushev e Kennedy foi aberto para solucionar a questão. O mandatário estadunidense tentava tomar a frente, com exigências pelo desarmamento imediato de Cuba. O líder soviético respondia que tudo dependeria de um compromisso dos norte-americanos de não agressão aos cubanos, assim como uma política para coibir ações ofensivas de seus aliados contra a ilha. Krushev deixava claro, em correspondência com a Casa Branca, que não era seu desejo que aquela questão fosse transformada no estopim de uma guerra. Porém, não se mostrou amedrontado com essa possibilidade, reforçando sua firme posição de negociador. Numa de suas cartas, disse o líder da URSS:

Se realmente a guerra tiver de começar, então não estará em nosso alcance detê-la, pois esta é a lógica da guerra. Senhor presidente, nós e vocês não devemos puxar agora as extremidades da corda na qual vocês deram os nós da guerra, pois quanto mais nós dois puxarmos, mais este nó será apertado. E chegará um momento em que o nó estará tão apertado que até mesmo a quem o atou faltará força para desatá-lo, e então será necessário cortar este nó. E o que isso significa eu não preciso explicar, pois o senhor entende perfeitamente as terríveis forças disponíveis em nossos países (JUDT, 2008, p. 354).

A solução para o impasse foi conseguida com um acordo entre as partes. Os norte-americanos assumiram o compromisso de não agressão aos cubanos, sendo os mísseis retirados da ilha e embarcados de volta à União Soviética. No entanto, uma parte do acerto foi mantida em sigilo. Mísseis do tipo Júpiter foram retirados de uma base da OTAN¹ na Turquia, a pedido da URSS. Esse processo foi concluído em abril de 1963. Alguns questionamentos surgiram daí, sendo o próprio Tony Judt um dos que se perguntou o porquê de Nikita Krushev ter aceitado manter em silêncio a correlação entre a retirada dos mísseis cubanos e os Júpiteres. Questões também foram, e até hoje ainda são feitas quanto ao potencial ofensivo dos mísseis da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), considerados ultrapassados naquela altura.

Vale, então, uma reflexão. Primeiro, é importante remeter uma pergunta aos que questionam o silêncio da URSS sobre a exigência da retirada dos Júpiteres da

¹ Em 9 de abril de 1949, foi criada a OTAN, sendo o acordo assinado por EUA, Canadá e dez estados europeus. O Artigo V do tratado obrigava os participantes da OTAN a oferecer ajuda recíproca em caso de agressão.

Turquia. Seria mesmo necessário dar publicidade a correlação entre os fatos? Pela proximidade entre uma ação e outra, parece natural deduzir que faziam parte de um mesmo conjunto de iniciativas acordadas entre soviéticos e estadunidenses. Resistindo ao entusiasmo de Judt com a conduta de J. F. Kennedy, é possível pensar que Kruschew aceitou o sigilo não pela habilidade do negociador adversário, mas porque, na prática, não alteraria o fato de ter sido ele quem ofereceu as condições para um acordo – a segurança cubana e a retirada dos mísseis Jupíteres.

Em segundo lugar, também vale a pena repensar a importância do poder ofensivo dos mísseis retirados da Turquia. O que era demandado pelos EUA à URSS era retirar uma ameaça instalada bem próxima à fronteira norte-americana, o mesmo que representavam os mísseis Jupíteres para os soviéticos. Se, por um lado, a condição tecnológica dos Jupíteres era inferior, por outro, no campo simbólico, sua retirada representava algo semelhante ao conseguido pelos estadunidenses graças ao acordo. Da mesma forma que a retirada dos mísseis do território cubano tranquilizava os americanos e seus aliados, assim também pode se imaginar quanto aos aliados do regime comunista.

A discussão por parte dos demais países em meio a essa grave crise se deu no campo diplomático, sendo a ONU a arena principal para os debates. Entre os engajados, o Brasil aparece em posição importante, uma vez que acabara de ganhar assento no Conselho de Segurança, instância decisória para conflitos internacionais. Vivendo um momento político conturbado, pouco tempo depois da renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, o país não apenas vai desejar uma posição de liderança na América Latina como também verá a questão cubana ser incorporada às disputas políticas nacionais. Este trabalho trata desse aspecto no contexto eleitoral de 1962 em Pernambuco. No entanto, não sem antes visualizar a articulação no âmbito nacional.

O Brasil e a desatomização da América Latina e da África

Por suas dimensões e posição de liderança na América do Sul, o Brasil estava entre os aliados importantes para os EUA no contexto da Guerra Fria. Era estratégico para os norte-americanos que o país se mantivesse distante dos ideais comunistas, inclusive para evitar que outras nações vizinhas fossem cooptadas pelo regime soviético. Por isso, a diplomacia estadunidense manteve forte interesse na política brasileira. Em 1962, presidido por João Goulart, o Brasil buscava uma relação mais estreita com os americanos, porém defendia, igualmente, uma postura de independência em sua política nacional e internacional.

Em abril daquele ano, João Goulart esteve em Washington e tratou diretamente com o presidente J. F. Kennedy. Em comunicado conjunto, temas como “respeito à democracia, a busca pelo desenvolvimento social e a defesa da paz [...] a democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, a liberdade individual” (DOMINGOS, 2015, p. 1) estavam em evidência. Isso demonstra que, à medida que o governo Goulart declarava comungar alguns valores caros aos norte-americanos, prezava por sua soberania, não aceitando ser conduzido pelos vizinhos. Segundo o historiador Pablo Porfirio (2018, p. 232), afirma-se que:

O historiador Tony Judt no seu texto “De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto”, critica a leitura que localiza a América Latina, no cenário da Guerra Fria, apenas como uma coadjuvante, embora lá centenas de milhares de figurantes tenham sido mortos. As disputas ideológicas e as ações das superpotências produziram e justificaram a ascensão de governos militares na região e a execução de uma política estatal de perseguição, tortura e desaparecimento forçado de pessoas. A Guerra Fria foi travada em diversas frentes, inclusive dentro das fronteiras nacionais.

No caso do Brasil, as condições internas e externas geravam pressão sobre o governo Goulart. Ao assumir o governo sob forte desconfiança, e graças a um acordo político que redundou na mudança do regime político para o parlamentarismo, “o presidente investia bastante nos bons resultados da eleição de outubro. A sua estratégia era que, conquistando maioria na Câmara dos Deputados, obtivesse melhores condições para fazer aprovar as Reformas de Base” (DOMINGOS, 2015, p. 4) – reformas essas que os norte-americanos reprovaram, sobretudo a agrária. Atingir esse objetivo passava por demonstração pública de proximidade com os EUA, que seria possível já no mês de julho, quando estava programada uma visita de Kennedy ao Brasil.

Os planos de Goulart pareciam seguir a bom termo, a tirar pela boa repercussão de sua aparente estreita relação com o mandatário estadunidense, a tal ponto de ser alvo para as críticas do PCB. Essa era uma ação estratégica, que “colaborava na intenção de demonstrar que não havia fundamento para acusar de comunista um presidente recebido como aliado pelo governo dos Estados Unidos – e repudiado pelos comunistas brasileiros” (FERREIRA; GOMES, 2014 *apud* DOMINGOS, 2015, p. 3). Contudo, se a posição do governo brasileiro era dúbia, assim também era a do governo norte-americano, que mantinha monitoramento constante da política interna do Brasil, interferindo quando considerava necessário.

Kennedy e seus auxiliares concluíram que, sim, a visita poderia ser entendida como um ato de apoio a Goulart, contribuindo para o sucesso de seus apoiadores

nas eleições. A visita, então, foi “adiada para 12 de novembro, ante a justificativa da realização das eleições nos dois países e de problemas internos do presidente John Kennedy” (DOMINGOS, 2015, p. 5). Colaborando para o clima de tensão, o presidente norte-americano abriu as portas da Casa Branca, às vésperas da eleição no Brasil, para receber o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, conhecido destrator do mandatário brasileiro.

A crise dos mísseis, todavia, altera decisivamente o panorama das relações entre os governos de Goulart e Kennedy. Apesar de o Brasil seguir com o discurso de interesses em comum, os norte-americanos vão assumir uma postura reativa ao país, que pode ser exemplificada por intermédio de comunicado enviado ao Itamaraty pelo embaixador Roberto Campos:

Fonte da Casa Branca, teria expressado suspicácia em relação à missão do General Albino Silva, que interpreta como destinada a facilitar a sobrevivência de Castro, acrescentando ainda que o Brasil e a Itália teriam sido no mundo ocidental os países menos cooperativos na crise presente. (DOMINGOS, 2015, p. 8)

No episódio cubano, o Brasil vai agir segundo os princípios de “independência e autodeterminação nacional”, presentes na comunicação conjunta feita em abril, quando da visita do presidente João Goulart a Washington. Contudo, essa não era a posição esperada pelo governo dos EUA, que desejava receber apoio incondicional para suas decisões no âmbito da questão dos mísseis. Isso fica claro quando do contato do embaixador Lincoln Gordon com o presidente João Goulart, no início da crise no Rio de Janeiro. “James Hershberg comenta que a resposta inicial do presidente Goulart foi de apoio total e irrestrito à posição norte-americana” (ÁVILA, 2012, p. 30), no entanto não é essa a orientação repassada aos representantes brasileiros nas instâncias diplomáticas.

A mensagem do governo ao corpo diplomático era de aceitar o bloqueio a Cuba como instância de pressão para a retirada dos armamentos, sem, contudo, apoiar uma decisão mais ampla, que autorizasse o uso da força, pelos EUA, contra a ilha. Ciente de que os norte-americanos lutariam pela unanimidade em torno de uma proposta abrangente, o Itamaraty passou duas estratégias ao representante nacional na Organização dos Estados Americanos (OEA). Ao ser questionado sobre o uso de força militar, o embaixador Ilmar Penna Marinho deveria propor investigação de observadores da ONU em Cuba. Caso fosse insuficiente, deveria:

[...] declarar que, sem prejuízo da nossa solidariedade com os países do hemisfério e com os Estados Unidos da América, e de futuras posições que venhamos a adotar à luz de maiores esclarecimentos sobre a situação, deixamos de participar na votação

por não haver, em nossa opinião, se completado o processo regular necessário para a tomada de tão graves decisões. (ÁVILA, 2012, p. 30)

Penna Marinho e o embaixador Roberto Campos também foram instruídos a tentar, junto aos representantes norte-americanos, uma mudança no texto de sua proposta, o que foi rejeitado de pronto pelos estadunidenses. O governo brasileiro, então, decidiu atacar o outro lado da disputa. O contato com a União Soviética, sem dúvida, seria um movimento de alto risco, tanto no contexto nacional quanto no internacional. Buscar a costura de um entendimento a partir de Cuba foi o caminho escolhido. Por meio da embaixada em Havana, o Brasil tentou persuadir o regime de Fidel Castro a permitir uma inspeção dos armamentos instalados na ilha. Na ONU, o senador Afonso Arinos também levou a ideia ao representante cubano Mario Garcia Incháustegui, ao que recebeu como resposta “que lhe parecera aceitável a sugestão desde que o governo americano suspendesse o bloqueio” (ÁVILA, 2012, p. 31).

Diante do impasse, o Brasil sinaliza mais um movimento, agora tendo a ONU como palco de negociações. Em setembro, o embaixador Afonso Arinos havia apresentado proposta para criação de uma zona desnuclearizada na América Latina, a qual foi retomada em outubro. A ideia poderia conduzir a um empate entre estadunidenses e soviéticos, uma vez que não haveria vencedores ou vencidos com a decisão. A ideia do Brasil era atrair todos os demais países do continente, assim como estender a área de desatomização também para a África.

Argumentava-se que essa iniciativa apresentava importantes desdobramentos conjunturais – alívio da grave tensão internacional, erradicação dos mísseis soviéticos e eventual neutralização da questão cubana – e estruturais ou de longo prazo – impedir uma espúria corrida nuclear na região latino-americana, garantir a paz e a segurança da continente, e manter a concentração nos problemas do desenvolvimento. (ÁVILA, 2012, p. 377)

A proposta brasileira foi bem recebida entre muitos países, inclusive pelos Estados Unidos. Apesar de esta não ter sido a solução definitiva para a crise, a iniciativa nacional reforçou a ideia, presente na comunicação conjunta com os americanos em abril de 1962, de que o governo Goulart estava alinhado aos norte-americanos, mas não alienado por eles. O Brasil manteve uma posição independente, tentando se construir enquanto mediador do conflito, o que provavelmente tinha por interesse ganhar respeitabilidade nacional e internacional. Isso pode ser inferido a partir de discurso do Presidente da República, publicado em 23 de outubro pelo *Jornal do Brasil*, quando diz que:

O compromisso fundamental da nossa política externa [...] é o de salvaguardar os interesses do povo brasileiro e de pugnar incansavelmente por aquelas reivindicações que conduzem ao regime democrático representativo, com as imposições do desenvolvimento econômico e da justiça social. [...] Por outro lado, como nação adulta, estaremos cumprindo um dever indeclinável ao participar ativamente das grandes decisões da política internacional contemporânea. (Jornal do Brasil, 23/10/62, p. 2)

A posição, no entanto, parecia inadequada aos interesses dos EUA. Os discursos do presidente brasileiro sempre tocavam na tecla da autodeterminação, que significava dizer que um país deveria estar livre para decidir como conduzir sua política interna e externa. No mesmo discurso citado acima, João Goulart afirmava que a política externa brasileira era norteadada pelos “princípios democráticos e cristãos que nortearam a nossa formação e pelo respeito aos compromissos e normas internacionais, entre os quais sobressaem as de segurança coletiva e as que protegem o direito de autodeterminação” (Jornal do Brasil, 23/10/62, p. 2). Aos ouvidos dos americanos, isso soava como apoio ao regime cubano.

O Primeiro-Ministro Hermes Lima deixou ainda mais forte essa impressão, ao afirmar que “o Brasil não pactuará com qualquer ação que fira o direito cubano à autodeterminação, frisando que se deve garantir a experiência política que Cuba realiza” (Jornal do Brasil, 24/10/62, p. 1). O ponto-chave para entender a questão é que, como apontado por diversos autores, a Revolução Cubana era um verdadeiro calo para os EUA. Pela proximidade geográfica com o território norte-americano, longo histórico de relações político-econômicas e caráter socialista do novo governo, aquela era uma situação incômoda demais para os padrões americanos, incitando-os a movimentos de intervenção. A crise dos mísseis só agrava o diagnóstico de que é preciso fazer algo, o quanto antes, para vencer aquela dificuldade.

Analisando a partir dessas perspectivas, a crise também poderia ser uma oportunidade para legitimar uma intervenção americana direta na ilha que não apenas garantisse o desarmamento como também desmantelasse o regime de Fidel Castro. Para o governo brasileiro, no entanto, não havia qualquer razão para apoiar essa estratégia. Primeiro porque poderia se constituir contra o próprio João Goulart, ao passo que abriria o precedente para uma intervenção no Brasil, contra suas reformas de base, por exemplo – o que acontece em 1964; segundo porque o presidente tinha atuação política no campo das esquerdas e sabia o quanto o exemplo cubano era caro a muitos brasileiros.

O próprio João Goulart deixou isso claro em conversa com o embaixador Lincoln Gordon e o procurador-geral dos Estados Unidos – e irmão do presidente Kennedy – Robert Kennedy em dezembro de 1962. Ao afirmar que “é bem verdade que o problema cubano criou dificuldades para nós, porque havia simpatia no Brasil

por esse pequeno país e sua revolução popular”, o mandatário brasileiro demonstra que aquela não era uma simples questão internacional, mas um assunto com desdobramentos no âmbito nacional. Porém, no intuito de seguir sua política de aproximação com os americanos e na tentativa de minimizar suas preocupações com o avanço das ideias comunistas no Brasil, afirmou, logo em seguida, que “por duas razões Castro perdeu em grande parte essa simpatia do povo brasileiro: sua declaração aberta de simpatia pelo marxismo-leninismo e a clara intervenção russa em outubro” (DOMINGOS, 2015, p. 14).

Todavia, os norte-americanos já estavam atentos o suficiente ao cenário nacional para não se deixar convencer pelas palavras do presidente brasileiro. O país já havia sido pauta de reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, e o presidente Kennedy, a exemplo do que fez com Carlos Lacerda, seguiu uma agenda de encontros formais com setores de oposição ao governo Goulart, como o recém-eleito governador de São Paulo Ademar de Barros e militares da Escola Superior de Guerra (ESG). A visita do mandatário estadunidense ao Brasil foi adiada novamente e não aconteceu em 12 de novembro. Apesar do reiterado reforço do convite pelo Estado brasileiro, já estava decidido que “era uma condição necessária a de que o governo brasileiro alterasse essas políticas para obter a colaboração dos Estados Unidos” (DOMINGOS, 2012, p. 10).

Por “essas políticas”, entendem-se as ações do governo Goulart no campo interno e externo. Aliás, quando da vinda de Robert Kennedy ao Rio de Janeiro, a instrução era para que “advertisse Goulart sobre os perigos relacionados à opção de seguir um caminho diferente daquele recomendado pelos Estados Unidos” (DOMINGOS, 2012, p. 12), num claro movimento de intimidação e ameaça. Diante de tal situação, o presidente brasileiro estava em posição desconfortável, sendo seu governo desestabilizado por ações norte-americanas em território nacional e limitado pelo regime parlamentarista. Ganhar o apoio do presidente Kennedy renderia maior estabilidade para a sua sequência.

João Goulart, então, decide usar a estratégia dos americanos de adiar a visita ao Brasil contra eles mesmos, numa nova demonstração de independência. Afirma ao irmão do presidente dos EUA que “a visita do presidente Kennedy ao Brasil é absolutamente indispensável”, pois “sua omissão será explorada pelos elementos hostis aos Estados Unidos”. E completa que “pode estar certo de que será recebido com entusiasmo” (DOMINGOS, 2012, p. 15). Aqui, verifica-se que Goulart usava o momento da Guerra Fria em favor de seus interesses, atraindo o mandatário americano ao país sob o pretexto de evitar o crescimento do comunismo. Ele, também, tentava construir uma visão menos alarmista sobre o avanço de tais ideias no Brasil,

assegurando que a população receberia o presidente Kennedy com entusiasmo. O emissário respondeu, no entanto, com um vago aceno de que a visita se daria em algum período em 1963.

Não restam dúvidas de que a condução da política externa, na questão dos mísseis soviéticos em Cuba, enfraqueceu as chances do governo brasileiro de conduzir a contento sua tentativa de proximidade com os ideais políticos de Cuba. Contudo, é difícil imaginar que seguir com as reformas de base e, ao mesmo tempo, ganhar visibilidade com aparições públicas ao lado do presidente norte-americano fosse algo sustentável em longo prazo. O desejo do governo estadunidense era ver o Brasil seguir suas diretrizes, ao que o presidente João Goulart se opunha frontalmente. Além de possíveis aproximações ideológicas com o regime cubano, é provável que Goulart tenha visto no exemplo da ilha caribenha um passo na direção da autonomia política, frente ao domínio exercido pelos americanos nos países da América Latina.

Assim como para o presidente João Goulart a crise dos mísseis e a questão cubana representavam mais do que um assunto de política externa, também é possível verificar compreensão semelhante nas atuações políticas em Pernambuco, estado nordestino onde era forte a discussão sobre a questão agrária, a partir de pressupostos levantados pelas Ligas Camponesas. O Nordeste estava dentro do raio de observação e ação dos norte-americanos, sendo “beneficiário dos recursos da Aliança para o Progresso, dentro da estratégia para desestabilizar o governo Goulart” (DOMINGOS, 2012, p. 5-6). Vivendo um contexto eleitoral bipolarizado, os episódios protagonizados por Cuba acabaram entrando na pauta das discussões na política local, ganhando as ruas de Recife.

O cenário eleitoral em Pernambuco e a Crise dos Mísseis

Em Pernambuco, as esquerdas passaram a se articular para as eleições majoritárias de 1958 a partir da formação da Frente do Recife. Sobre o surgimento dessa frente, Montenegro e Santos (2007, p. 454) afirmaram que foi “a Frente Popular que congregou, inicialmente, o Partido Comunista, o Partido Socialista e o que se convencionou de chamar de esquerda democrática”. A Frente do Recife se estabeleceu como um importante instrumento de organização das esquerdas em Pernambuco.

Posteriormente, em outubro de 1962, Pernambuco viveu dias agitados na política estadual. As disputas pelo cargo de governador e pelas vagas no Congresso mobilizavam as principais lideranças partidárias, com alto nível de acirramento nos debates. Entre os postulantes ao Palácio do Campo das Princesas, o páreo seria decidido entre João Cleofas (UDN) e Miguel Arraes (PSB). O primeiro, deputado

federal, era apadrinhado pelo governador Cid Sampaio, com o qual compartilhava agendas positivas às vésperas do pleito. Arraes era prefeito da capital, contando com grande simpatia popular e, tendo por aliado, o postulante ao senado José Ermírio de Moraes (PTB).

Empresário fundador do Grupo Votorantim, Ermírio de Moraes mantinha excelentes conexões nacionais e dispunha de recursos financeiros para investir na campanha. Entre os instrumentos utilizados para alavancar sua imagem e de seus companheiros, fez uso de espaços publicitários nos jornais. Contudo, essa estratégia deve ter parecido insuficiente para produzir o resultado desejado, uma vez que o conteúdo jornalístico dos periódicos¹ era desfavorável às postulações de seu grupo político. Isso fica claro em nota publicada pelo *Diário de Pernambuco*, com menos de um mês para as eleições, e que afirmava:

Começaram a ser divulgadas, aqui [Rio], os resultados das pesquisas de opinião pública, realizadas em vários Estados, por iniciativa de organizações especializadas e alguns órgãos de classe. Verifica-se, em todas as tabulações referentes às eleições em Pernambuco, uma larga margem de vitória para o candidato da UDN, deputado João Cleofas de Oliveira, sobre o prefeito Miguel Arraes tanto na Capital como em todos os municípios do interior (Diário de Pernambuco, 14/09/62, p. 1).

Aqui é preciso fazer algumas considerações. Primeiro, parece muito abrangente dizer que várias pesquisas constataram liderança absoluta de um candidato sobre outro em todas as localidades do estado, abrindo, assim, espaço para questionar a legitimidade e a qualidade das sondagens. Segundo, é decisivo perceber que o texto, como foi escrito, pode servir perfeitamente à campanha de Cleofas e seus aliados, movimentando a opinião pública na direção do candidato que, como deixa claro, vai vencer as eleições. Esse movimento pró-Cleofas no *Diário de Pernambuco*, sem dúvida, não foi inaugurado às vésperas do pleito. Arraes e Ermírio de Moraes deviam estar cientes de que era preciso responder por meio da mesma plataforma.

Atuando junto às suas redes políticas, José Ermírio de Moraes se juntou ao jornalista Samuel Wainer para criação do jornal *Ultima Hora*, montado em apenas quinze dias, com o apoio financeiro do industrial José Ermírio de Moraes. O periódico foi criado com a intenção de eleger Miguel Arraes governador de Pernambuco em 1962. O jornal circulou pela primeira vez em 18 de junho, ficando claro, pelas palavras de Wainer na primeira página, de que lado estaria a publicação:

ULTIMA HORA sabe que aqui no Nordeste o aguarda uma autentica missão de guerra, esta mesma guerra contra a miséria e a espoliação a que vem sendo submetidos dezenas de milhões de nordestinos, guerra contra os falsos líderes que à sua custa tem enriquecido e prosperado, guerra em suma pela emancipação, não só econômica,

mas política e social de um povo que, por tantos títulos, merece sorte melhor. (Ultima Hora, 18/06/62, p. 1)

No mesmo texto, Samuel Wainer chama Getúlio Vargas de “grande líder brasileiro” e coloca José Ermírio de Moraes e Miguel Arraes no mesmo patamar de Frei Caneca, Joaquim Nabuco, Delmiro Gouveia e Agamenon Magalhães. Para efeito eleitoral, estavam apresentados os ídolos do passado e seus substitutos mais adequados. Ainda na capa, o jornal trouxe uma chamada para entrevista com o presidente João Goulart, que afirmou sobre a chegada do novo periódico ao Recife: “Arma a serviço do progresso e libertação do povo brasileiro” (Ultima Hora, 18/06/62, p. 1).

O termo escolhido por Goulart parece realmente oportuno para descrever a função de *Ultima Hora*. Seria verdadeiramente como uma arma, usada para atacar o grupo conservador que sustentava o governo Cid Sampaio e a candidatura de João Cleofas. Para fazê-lo, o jornal dava espaço às contradições da gestão governamental, ressaltando decisivamente as ações de controle sobre a população. Ainda na capa da edição de estreia, a publicação estampou a manchete: “polícia de Cid massacra estudantes” (Ultima Hora, 18/06/62, p.1). Essa notícia servia, estrategicamente, a uma política de desconstrução do grupo rival na eleição.

O *Ultima Hora*, também, como dito por Wainer, estava ao lado das ideias emancipacionistas, no âmbito político, social e econômico. Essa pauta estava alinhada com o governo Goulart, na contramão dos interesses norte-americanos, os quais tinham, no *Diario de Pernambuco*, um veículo simpatizante, cujo maior símbolo era o proprietário dos Diários Associados – cadeia da qual o *Diario de Pernambuco* fazia parte – Assis Chateaubriand. Colunista em seus jornais, Chatô, como era conhecido, escreveu, no contexto da possível visita do presidente Kennedy ao Brasil:

No mês que entra, iremos receber a visita do sr. John Kennedy. Quem vai fazer o colóquio com ele? Esta não é a terrível interrogação. Nem menos a dúvida dilacerante, que atordoa. Temos a certeza prévia de que o chefe do Conselho de Ministros e titular da pasta das Relações Exteriores é destituído de qualidade para falar, em nome do Brasil, com o presidente norte-americano. Não dispõe de envergadura para o colóquio. Colocado diante do soberbo homem de pensamento, terá que calar-se para fazer o dueto com o maior líder democrático do planeta. (Diario de Pernambuco, 25/10/62, p. 4)

A “guerra”, a qual o *Ultima Hora* se dizia pronto para travar, não estava circunscrita ao âmbito local, mas relacionada à política em âmbito nacional e internacional. Estava, também, relacionada à disputa entre Samuel Wainer e Assis Chateaubriand,

que um dia foram aliados, mas que, desde o governo Vargas (1951-1954), haviam se transformado em adversários. Os Diários Associados estiveram na dianteira do movimento de oposição ao surgimento do jornal *Ultima Hora*, questionando a origem dos recursos que permitiram a criação do periódico de Wainer. Quando do surgimento do *Ultima Hora* edição nordeste, a disputa entre as duas empresas e seus líderes já tinha quase uma década.

Estando o *Diario de Pernambuco* e o *Ultima Hora* inseridos decisivamente na campanha, a eleição aconteceu no início de outubro de 1962. O mês ficaria marcado, além do pleito, pela expectativa dos eleitores, que acompanhavam diariamente a apuração dos votos. O clima de acirramento entre os grupos seguia forte quando os periódicos apresentaram as informações sobre os mísseis em território cubano e o bloqueio naval imposto pelos EUA como retaliação ao movimento soviético nas Américas. Partidários do campo das esquerdas decidiram ir às ruas, em manifestação de solidariedade a Cuba. Em resposta, as forças de segurança negaram permissão ao movimento e, sendo desobedecida a decisão, debelaram o protesto no dia 24 daquele mês.

No dia seguinte, os dois jornais publicaram a sua versão do ocorrido. O DP apresentou uma foto da ação policial na capa, com legenda que dizia: “Polícia dissolveu manifestações no Recife” (*Diario de Pernambuco*, 25/10/62, p. 1). Já o *Ultima Hora* ofereceu maior espaço, com duas fotografias de maior proporção na capa e a seguinte manchete: “Fuzis e cassetetes contra manifestações pró-Cuba; Massacre brutal do recifense nas ruas” (*Ultima Hora*, 25/10/62, p. 1). Estava claro que, para o *Diario de Pernambuco*, a ação policial fora legítima, enquanto o *Ultima Hora* ressaltava o excesso dos militares estaduais. O jornal de Samuel Weiner também desejava apresentar os manifestantes não como componentes de um grupo minoritário, mas pertencentes ao grande bloco dos recifenses, aproximando-os do restante da população.

Na matéria sobre o assunto, o *Ultima Hora* reforça sua estratégia de oposição ao governo estadual, ligando diretamente a repressão policial ao governador Cid Sampaio, dando em manchete que “Polícia de Cid sufoca pela violência manifestações pró-Cuba” (*Ultima Hora*, 25/10/62, p. 8). No corpo do texto, no entanto, a informação é de que coube ao secretário de segurança pública, general Salvador Batista, a decisão de negar o pedido de manifestação, assim como de coibir a desobediência. Claro que, sendo o general um membro do governo, suas ações estão ligadas ao chefe do Executivo. Contudo, não havia informação alguma que afirmasse ter sido a atuação policial uma ordem do governador. Apesar de não ter sido encontrado no local do protesto, foi atribuída ao *Diario* a presença do deputado

estadual Francisco Julião, o qual era integrante do grupo de Arraes, numa tentativa de ligar o movimento à campanha do então prefeito da capital.

Em outra manchete, o *Ultima Hora* dizia que “Até igreja invadida na brutal repressão ao protesto de paz” (*Ultima Hora*, 25/10/62, p. 8). Nessa frase, o periódico apresentava várias ideias. Uma delas era que a truculência dos policiais não respeitou nem mesmo um lugar sagrado. Outra, que não havia motivo para o uso da força, uma vez que aquela era uma manifestação pacífica. Aqui, percebe-se como o discurso se aproxima do apresentado pelos soviéticos e cubanos, que atribuíam aos norte-americanos a cultura de guerra e violência. Seriam então, Cid e seus apoiadores, adeptos da visão estadunidense, o que estava demonstrado pela ação dos militares para suprimir um movimento pacifista.

Detidos durante o ato público pró-Cuba, os irmãos Mariano e Murilo Marinho parecem ter estado no centro das articulações do evento. A presença de ambos foi registrada tanto pelo *Diario de Pernambuco* quanto pelo *Ultima Hora* – inclusive com fotos – com visões diferentes. Os dois periódicos, contudo, tomaram alguns cuidados, uma vez que aqueles jovens eram filhos do então desembargador Natanael Marinho, homem de família importante natural de Goiana. Em depoimento ao *Ultima Hora*, disse Mariano Marinho:

O povo gritava por paz e liberdade, quando a polícia investiu furiosamente, espancando homens e mulheres. De repente, fui agarrado e, logo após, meu irmão. Arrastaram-nos para o carro da Rádio Patrulha e depois, por três vezes, fomos novamente espancados no interior do carro sem qualquer chance de defesa. (*Ultima Hora*, 25/10/62, p. 8).

No *Diario*, a história da detenção de Mariano foi contada de forma diferente. Teria ele, em discurso, “acusado a dignidade do governador”, no momento em que “ia chegando uma guarnição da Rádio Patrulha, comandada pelo soldado Inácio, o qual ao se dirigir ao orador recebeu uma violenta bofetada” (*Diario de Pernambuco*, 25/10/62, p. 7). Murilo, “que também participava do comício improvisado, foi em defesa do seu irmão, sendo também dominado e conduzido ao buque da Radio Patrulha e em seguida a S.S.P” (*Diario de Pernambuco*, 25/10/62, p. 8).

As duas versões têm o nítido viés de legitimação. Quando diz que estava em meio a gritos de paz e liberdade, sendo abordado “de repente”, Mariano trabalha no reforço da perspectiva de que não havia motivos para tamanho uso da força pela polícia, que, além de tudo, agia covardemente ao espancar ele e seu irmão “sem qualquer chance de defesa”. No entanto, em meio ao acirramento de ideias da época, e frente ao confronto iminente quando da chegada dos militares, é difícil imaginar

uma cena tão idílica quanto centenas de pessoas, com espírito desarmado, apenas gritando palavras de ordem.

Da mesma forma, o argumento oferecido pelas autoridades e apresentado como verdade pelo *Diario* é um tanto quanto frágil. O que levaria um indivíduo instruído – vindo de família de posses e com o pai atuante no campo do Direito – a agredir um soldado com uma “bofetada” sem que nada tivesse feito? Pode-se até imaginar que Mariano e Murilo tenham entrado em confronto com a polícia e, por isso, foram detidos. Contudo, o que parece é que existe uma lacuna na história contada pelos policiais. Essa lacuna, provavelmente, seria o motivo que desencadeou uma reação dos irmãos Marinho contra a polícia. E por que a polícia – ou o jornal – decidiu suprimir essa parte da história? É bem possível que ela confirmasse a ideia de atuação truculenta, o que os governistas gostariam de evitar.

Na matéria do *Diario de Pernambuco*, a manchete classifica os manifestantes como “Agitadores”, numa opção que legitima a ação policial dentro do princípio de Manutenção da Lei e da Ordem. O jornal diz, ainda, que os responsáveis pelo movimento eram “ativistas do Partido Comunista”, ou seja, desejavam apresentá-los como integrantes de um pequeno grupo que só estava nas ruas para defender a atuação soviética em Cuba. Por fim, afirma que, “agitadores vermelhos ligaram estranhamente a política internacional e a sucessão governamental do Estado, fazendo críticas agressivas e desmoralizadoras à dignidade do governador Cid Sampaio” (*Diario de Pernambuco*, 25/10/62, p. 7). Nesse último trecho, o jornal deseja eliminar qualquer elo que aproxima a realidade cubana do contexto local, ao considerar “estranho” o paralelo entre eles. Também é interesse do jornal desqualificar as críticas feitas pelos manifestantes, uma vez que, segundo a publicação, passaram do nível político para atingir a dignidade pessoal do governador.

Fica claro que, tanto no *Diario de Pernambuco* quanto no *Ultima Hora*, o mesmo episódio foi contado de formas bem distintas por estarem os dois periódicos em campos opostos. Mas o importante é perceber que a questão dos mísseis soviéticos em Cuba não apenas ficou restrito ao âmbito diplomático e político nacional, chegando às discussões de rua. Segundo o *Diario de Pernambuco*, além do movimento debelado no centro de Recife, outras manifestações pró-Cuba foram realizadas em localidades como “Largo da Paz, Água Fria, Torre e Pina” (*Diario de Pernambuco*, 25/10/62, p. 7). É improvável que em todos esses lugares apenas militantes comunistas estivessem presentes. A população fazia parte do debate, que foi apropriado pela política local durante as eleições de 1962.

Diferentemente do que o *Diario de Pernambuco* fazia crer, a questão cubana – Revolução e Crise dos Mísseis – tinha, sim, relação com o contexto nacional e local.

Em tempos de Guerra Fria, a política brasileira estava dividida entre os alinhados ideologicamente com os EUA, os que eram próximos às ideias socialistas e comunistas e os que estavam no meio termo. Para o primeiro grupo, os norte-americanos representavam a fonte dos recursos para o desenvolvimento do Brasil, já os demais questionavam o caráter intervencionista da política externa estadunidense, que representava o preço a ser pago pelo auxílio financeiro. Ambos os grupos tinham adeptos na sociedade e faziam uso de estratégias de discurso – com elementos simbólicos pertinentes às relações entre EUA e URSS – para atrair apoiadores e legitimar suas atuações.

Referências

- AVILA, Carlos Federico Domínguez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba: um estudo das iniciativas brasileiras. *Vária História*, v. 28, 2012.
- DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, Ano 137 n. 208, set. 1962, p. 1.
- DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, Ano 137 n. 243, out. 1962, p. 7.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Ligações Perigosas: A crise dos mísseis e a deterioração das relações políticas de João Goulart e John Kennedy. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. XVIII., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, 2015.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Ano 72 n. 247, out. 1962, p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Ano 72 n. 248, out. 1962, p. 1.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- JUDT, Tony. *Reflexões sobre um Século Esquecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- LUCA, Tania Regina de. *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MONTENEGRO, Antônio Torres.
- SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas em Pernambuco... A frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).
- PARADA, Maurício. *Formação do Mundo Contemporâneo: o século estilhaçado*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2014.
- PORFÍRIO, Pablo. GUERRA FRIA E LIGAS CAMPONESAS NO BRASIL: outras histórias possíveis. In: CAVALCANTI, Erinaldo; ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza; CABRAL, Geovanni Gomes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. *História: demandas e desafios do tempo presente*. Produção acadêmica, ensino de História e formação docente. São Luís: EDUFMA, 2018.
- REIS, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- ULTIMA HORA – EDIÇÃO NORDESTE. Recife, Ano 01, n. 01, jun. 1962, p. 1.
- ULTIMA HORA – EDIÇÃO NORDESTE. Recife, Ano 01, n. 129, out. 1962, p. 8.

Notas

¹ A análise dos periódicos utilizados para a publicação deste artigo esteve amparada na assertiva de que o pesquisador de jornais e revistas deve trabalhar com aquilo que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões; neste caso específico, a crise dos mísseis. Desse modo, embasado no diálogo profícuo entre a historiografia e as matérias dos periódicos, foi possível compreender quais as motivações que levaram os periódicos de Pernambuco a dar publicidade, por meio dos olhares das elites locais, à crise dos mísseis. A utilização dos periódicos em uma pesquisa histórica deve levar em consideração a circulação, a tiragem, a materialidade e o mapeamento dos grupos econômicos que mantêm o jornal. Esse último aspecto se constituiu como um elemento fundamental para compreensão do posicionamento das forças políticas em relação à temática central do artigo.